AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2017

Processo Licitatório nº 30/2017

O Município de Paulo Lopes torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a aquisição de servidores e switch gerenciável para atender as Secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, Centro, Paulo Lopes/SC, até as 09:55min do dia 25/04/2017. A sessão se dará a partir das 10h00min do dia 25/04/2017, no endereço acima especificado.O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br/)

Paulo Lopes,06 de abril de 2017.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017**

**Processo Licitatório nº 30/2017**

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob **nº 82.892.365/0001-32**, com sede administrativa na Rua José Pereira da Silva, centro, informa que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a contratação do objeto definido no item “1.1.” deste instrumento convocatório. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006 demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

* **Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação:**
  + **das 07h00min do dia 10/04/2017, às 09h:55min do dia 25/04/2017;**
* **Local recebimento dos envelopes:**
  + **Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes**
* **Limite para impugnação ao edital:**
  + **13h00min do dia 20/04/2017**
* **Início da Sessão Pública do pregão:**
  + **10h00min do dia 25/04/2017**

As dúvidas pertinentes à presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações, nos seguintes endereços:

• Telefone: (48) 3253-0161- Ramal 229

• E-mail: [licitacoes@paulolopes.sc.gov.br](mailto:licitacoes3@garopaba.sc.gov.br)

• Endereço: Rua José Pereira da Silva,130, Centro, Paulo Lopes SC

**1-DO OBJETO**

* 1. Aquisição de servidores e switch gerenciável para atender as Secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes,conforme edital e descrição do Anexo I- Termo de Referência.

**2 – DA PARTICIPAÇÃO**

2.1 Poderão participar desta licitação todos os interessados que preencham as condições exigidas neste edital.

2.2 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

2.3 Poderão participar desta licitação as Empresas legalmente constituídas, cujo ramo de atividade seja pertinente e compatível com o objeto deste edital e seus anexos, sendo vedada a participação sob a forma de consórcio.

2.4 O representante de uma participante não poderá representar outra participante.

2.5 Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

2.5.1. Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.5.2. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

2.5.3. Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.5.4. Estrangeiras que não estão estabelecidas no território nacional

2.6. As Micro e Pequenas empresas que desejarem se enquadrar aos ditames da Lei Federal 123/2006, deverão apresentar a declaração de enquadramento emitida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, com data de emissão do exercício atual (Certidão Simplificada da junta Comercial) no ato do Credenciamento

**3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

3.1. Para fins de credenciamento junto ao pregoeiro, o representante da licitante deverá estar munido de: (trazer em mãos, fora dos envelopes).

1. O proponente deverá se apresentar para credenciamento um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.
2. O credenciamento far-se- á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

c) Deverá ser apresentado no credenciamento o registro comercial, no caso de empresa individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, deverá ser apresentado acompanhado de ata de eleição de seus administradores.

d)Apresentar a declaração de atendimento dos requisitos de habilitação . Amencionada procuração não deverá integrar os ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, constituindo-se em documento a ser fornecido separadamente; fica facultada a utilização do modelo constante do ANEXO III. É facultado ao proponente credenciado manifestar a declaração oralmente.

f) A empresas que pretendem os benefícios da Lei nº123/2006, deverá apresentar CERTIDÃO SIMPLIFICADA DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE ATUALIZADA, EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA SEDE DA LICITANTE, com data de emissão do exercício atual (Certidão Simplificada da junta Comercial).

h) Depois de encerrada a etapa de credenciamento não será aceito novos representantes dos proponentes na sessão pública, salvo na condição de ouvintes, sem poderes para efetuar lances ou manifestar intenção de recurso.

g) 7.6. As empresas que optarem pelo envio da documentação sem se fazer representar no certame deverão encaminhar em um terceiro envelope os documentos solicitados nas alíneas“c”,”d” e “f” da presente cláusula. Ficam impedidas de participar no certame as licitantes que não cumprirem o estabelecido neste item.

**4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1 A Proposta de Preços e os documentos de habilitação que a instruírem, deverão ser apresentados no local, dia e hora determinada, em 2 (dois) envelopes, devidamente fechada e rubricada no fecho, com a seguinte identificação externa:

a) Envelope 01: Proposta de Preços

ENVELOPE 01 – PROPOSTAS DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES -SC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO 30/2017 EDITAL PREGÃO PRESENCIAL nº 07/2017

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE

E CNPJ:

b) Envelope 02: Documentos de Habilitação

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES -SC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO 30/2017EDITAL PREGÃO PRESENCIAL nº 07/2017

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE

E CNPJ:

4.**2. No ENVELOPE 1 - PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter:**

a) Proposta de Preço apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado do licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente;

a.1) Apresentar garantia nos termos estabelecidos no termo de referência (anexo I).

b) Indicação do nome ou razão social do proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como: nome, CPF, Carteira de Identidade, domicílio e cargo na empresa do responsável legal da proponente;

c) Descrição completa dos serviços;

d) Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da reunião do Pregão;

e) Período de execução conforme item 8.7 do edital;

f) Constar preço mensal e total, sendo que o preço unitário deverá ser composto de DUAS casas decimais após a vírgula, descrição completa do objeto . Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e, entre os expressos em algarismos e por extenso será considerado este último;

g) Para fins de oferta será considerada a proposta de preços no seu menor preço para o item, elencadas no Objeto deste Edital e Anexo I, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso;

h) Constar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

j) Não serão aceitos preços cujos valores unitários sejam iguais a 0 (zero), inexequíveis ou excessivos, sendo entendido como excessivos aqueles superiores à média levantada na pesquisa de mercado, conforme termo de referência (anexo I);

k) Atender as exigências contidas neste Edital e seus Anexos que fazem parte integrante deste;

l) Nos preços ofertados, deverão estar incluídos todos os custos, despesas, impostos, encargos sociais e toda e qualquer taxa que incidir sobre o objeto;

m) A proposta comercial deverá ser assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.;

n) A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

o) Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro;

p) A proposta de preços deverá estar impressa no modelo apresentado no anexo V;

q) Será desclassificada a proposta que estiver elaborada em desacordo com os termos deste edital, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente. Também não serão consideradas as propostas que impuserem condições diferentes das dispostas nesta licitação, que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento ou que não atenderem aos requisitos mínimos discriminados neste edital;

**4.3. NO ENVELOPE 2 – DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO deverá conter:**

O ENVELOPE II – HABILITAÇÃO - deve conter documentos relativos à Habilitação, composta por:

4.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.3.1.1 Contrato social na forma da lei, com todas suas alterações ou consolidado ;( será dispensado na habilitação se apresentado no credenciamento)

4.3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

4.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) em plena validade;

4.3.2.2. Certidão de regularidade perante a Fazenda do Município sede da empresa licitante;

4.3.2.3. Certidão de regularidade perante a Fazenda do Estado da empresa licitante;

4.3.2.4. Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Divida Ativa da União;

4.3.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

4.3.2.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

4.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.3.3.1. Certidão negativa de falências ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com validade máxima de 60 dias corridos.

4.3.4. DECLARAÇÕES

4.3.4.1 Declaração de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme Lei nº. 9.854/99. ( modelo no ANEXO VI deste Edital).

4.3.4.2. Declaração da Proponente, de que não pesa contra si, ato declaratório de inidoneidade expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera do Governo, de acordo com o modelo do Anexo V;

1. 4.3.4.3-O proponente deve declarar, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato superveniente que possa impedir a sua habilitação neste certame, inclusive na vigência contratual caso venha a ser contratado pelo ÓRGÃO (conforme modelo de declaração, Anexo III), deste Edital.

**4.4 INFORMAÇÕES**

4.4.6 Os documentos referidos no item 4.3, pertinentes à Habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório ou servidor designado e estar com a data em vigor no dia da abertura dos envelopes.

4.4.7 Os documentos solicitados no item nº 4.3, serão anexados ao processo Licitatório.

4.4.8 As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, segundo art. 43 da Lei Complementar 123/2006.

4.4.9 Não será aceito protocolo de entrega em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

4.4.10 Os documentos relacionados nesta Seção referir-se-ão sempre à jurisdição do local de domicílio da sede do proponente.

4.4.11- As empresas participantes que não apresentarem todos os documentos exigidos no presente Edital, ou que apresentarem incompletos, incorretos, será inabilitada.

4.4.12- É facultado ao pregoeiro a verificação e inclusão de documentos na Habilitação das licitantes, quando estes estiverem disponíveis em meios eletrônicos na internet e possam ser obtidos durante o andamento da sessão pública.

**5. DA SESSÃO DO PREGÃO.**

5.1. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

a) identificação e credenciamento de 1 (um) representante por licitante participante, em conformidade com o estabelecido no item 3 deste Edital;

b) Verificação dos envelopes “proposta de preços” e “documentos de habilitação”, os quais serão rubricados em seus fechos pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes presentes;

c) abertura da sessão pelo pregoeiro, após o que não mais serão admitidos novos proponentes;

d) abertura dos envelopes “proposta de preços”

5.2. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

a) Abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, será efetuada a análise das propostas, desclassificando-se as propostas que estejam em desacordo com as especificações quanto ao objeto licitado e contidos neste edital e classificação das propostas que estejam em consonância com o exigido;

b) Erros de natureza formal, que não alterem o valor total da proposta, poderão ser corrigidos na sessão do pregão e não acarretarão a desclassificação do licitante;

c) Indicação das licitantes que participarão da rodada de lances verbais:

c.1) Serão proclamados pelo Pregoeiro, os proponentes que apresentarem as propostas com menor preço, assim entendido àqueles licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10%, relativamente à de menor preço,

c.2) Em não havendo no mínimo, 03 (três) propostas escritas definidas nas condições do inciso subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores, juntamente com a(s) proposta(s) já habilitada(s), participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

c.3) Aos proponentes proclamados conforme subitem c.2, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, com valor determinado pelo pregoeiro antes do início de cada etapa de lances, para cada item.

d) Rodada de lances verbais entre as licitantes convocadas:

d.1) a rodada de lances verbais será repetida até que se esgotem as ofertas por parte das licitantes;

d.2) a convocação para a oferta de lances, pelo Pregoeiro, terá como referencial os valores totais ofertados por item, iniciando-se com a licitante ofertante do maior preço e finalizando com a ofertante do menor preço, devendo o lance ofertado cobrir o de menor preço; a cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a seqüência dos lances seguintes;

d.3.) o primeiro lance verbal da sessão deverá ser de valor inferior ao da proposta escrita de menor preço; os demais lances deverão cobrir o lance de menor valor;

e) Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

f) Após o ordenamento das licitantes por preço será realizada:

f.1.) análise da proposta de menor preço, no que tange à sua aceitabilidade quanto ao objeto e valor, devendo o Pregoeiro decidir motivadamente a respeito;

f.2.) negociação direta com a proponente de menor cotação, para a obtenção de melhor preço, se for o caso;

f.3.) verificação das condições de habilitação da licitante que apresentar a proposta de menor preço, passando para a análise da documentação da licitante subseqüente, observada a ordem de classificação, caso a primeira não atenda às exigências editalícias, até a apuração de proposta que corresponda ao exigido;

f.4.) aclamação da licitante vencedora e adjudicação do objeto da licitação;

f.5.) vistas e rubrica, pelo pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes das participantes, em todas as propostas econômicas, nos documentos de habilitação da vencedora;

f.6.) manifestação das demais licitantes quanto à intenção de recorrer, devidamente motivada, se houver manifestação positiva nesse sentido;

f.7.) fechamento e assinatura da ata da reunião pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes das participantes e adjudicação do objeto pelo pregoeiro.

g) A devolução dos envelopes "documentos de habilitação" das licitantes remanescentes será efetuada após 60 (sessenta) dias da assinatura do contrato ou recebimento da ordem de fornecimento pela empresa vencedora.

h) Homologada a licitação pela autoridade superior deverá ser procedida a convocação da adjudicatária para assinar o contrato, caso já tenha apresentado todas as negativas validas.

i) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento de débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme §1º, art. 43, da Lei complementar 123/2006.

5.2.1. No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fecho, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas das participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

5.2.2. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a Proposta será desclassificada.

5.2.3. Se o licitante vencedor recusar-se a entregar o objeto licitado os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação para faze-lo, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades estabelecidas no item 11 deste Edital.

5.2.4. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa em Sessão e na proposta específica, prevalecerá a da proposta.

5.2.5. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

**6 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

6.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

6.1.1. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas uma vez vencidos os respectivos prazos legais.

6.1.2. Caberá à Autoridade Competente decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias após o limite de envio de impugnações.

6.13-. Em caso de deferimento da impugnação contra o ato convocatório, será tomada uma das seguintes providências:

a) Anulação ou revogação do edital;

b) Alteração e republicação do edital, reabertura do prazo de envio de propostas, alteração da data da sessão pública do pregão;

c) Alteração no edital e manutenção do prazo de envio de propostas e da data da sessão pública do pregão, nos casos em que, inquestionavelmente, a alteração não tenha afetado a formulação das propostas.

**7 – DOS RECURSOS e DA ADJUDICAÇÃO**

7.1. Qualquer Licitante poderá manifestar intenção de recorrer contra as decisões do Pregoeiro proferidas no decorrer da sessão, que deverá seguir o seguinte procedimento:

a) O momento para a manifestação deverá ser após a declaração do vencedor pelo Pregoeiro;

b) A manifestação deverá ser imediata e motivada, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, de acordo com o art. 4º, XVIII, da Lei 10.520/02, ficando os demais Licitantes desde logo intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. A alegação de preço inexequível por parte de um dos licitantes com relação à proposta de preços de outro licitante deverá ser devidamente comprovada sob pena de não conhecimento do recurso interposto.

7.2. A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.3. Qualquer recurso e impugnação contra a decisão do Pregoeiro, não terá efeito suspensivo.

7.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, Rua José Pereira, nº 130, Centro, Paulo Lopes-SC,nos dias úteis no horário das 07:00 às 13:00 horas.Não serão reconhecidos os recursos interpostos quando enviados por fax e vencidos os respectivos prazos legais.

7.6 - Encerrado o prazo para manifestação de recurso o Pregoeiro declarará encerrada a sessão pública do pregão.

7.7. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará objeto licitado.

7.8. No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do objeto licitado.

**8.0 - DA EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

8.1 Os serviços, uma vez solicitados deverão ser realizados no local determinado pela contratante, diretamente, conforme agendamento ou necessidade da Administração, sendo que ao contratado desta licitação cabe a total responsabilidade quanto ao correto atendimento, no tocante as especificações, condições e obrigações.

8.2 Será de responsabilidade da Contratada o fornecimento de todos os equipamentos de segurança, materiais e recursos humanos necessários à perfeita execução dos serviços contratados.

8.3 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

8.7 O prazo de entrega e instalação do item será de 30 dias após o recebimento da ordem de serviço, podendo ser prorrogado.

8.8 Todos os empregados necessários para a realização dos trabalhos objeto desta licitação, deverão ser contratados pela empresa vencedora, a qual se obriga a cumprir toda a legislação trabalhista e previdenciária dos mesmos.

8.9 Será de responsabilidade da empresa vencedora todas as despesas pessoais dos empregados por ela contratados, bem como todas as obrigações e despesas com encargos sociais, trabalhistas, securitários, previdenciários, passados, presentes e futuros, na forma de legislação em vigor, relativos aos seus empregados que utilizar na execução do objeto desta licitação, bem como com quaisquer ações trabalhistas e/ou ações cíveis promovidas por estes empregados que porventura possam surgir durante a vigência do contrato ou após a rescisão do mesmo, não podendo em hipótese alguma, ser o Município por elas responsabilizada.

**9. DO CONTRATO E DAS PROVIDÊNCIAS PARA ASSINÁ-LO**

9.1. O Município de Paulo Lopes disporá do prazo de 60 (sessenta) dias para convocar o licitante vencedor a assinar o contrato, contados a partir da data da apresentação da proposta vencedora.

9.2. O contrato reger-se-á, no que concerne à sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/93, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

9.3. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Administração nos termos do artigo 77 e seguintes da Lei nº 8666/93

9.4.1. Optando a administração pela substituição do termo de contrato pelo contrato na forma de empenho, prevalecerão as condições de entrega, multas de mora e sanções previstas na minuta do contrato, independente de transcrição destas na nota de empenho.

9.5. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital de pregão nº 04/2017, seus anexos e a proposta apresentada pelo adjudicatário.

**10– DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

10.1 .O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da nota fiscal/fatura.

10.2- Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízo de quaisquer outras disposições contratuais.

10.3. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização;

10.4. A nota deverá ser emitida em nome do MUNICIPIO DE PAULO LOPES.

10.5. O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia;

**11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Na hipótese de apresentação de declaração falsa, deixar de apresentar a documentação exigida para o certame ou, ainda, recusar-se a entregar o objeto licitado injustificadamente, ficará impedido de contratar com o Município de PAULO LOPES pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2.002.

11.2. De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, o atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

11.3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida do contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES, por prazo não superior a 2 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade (5 anos).

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

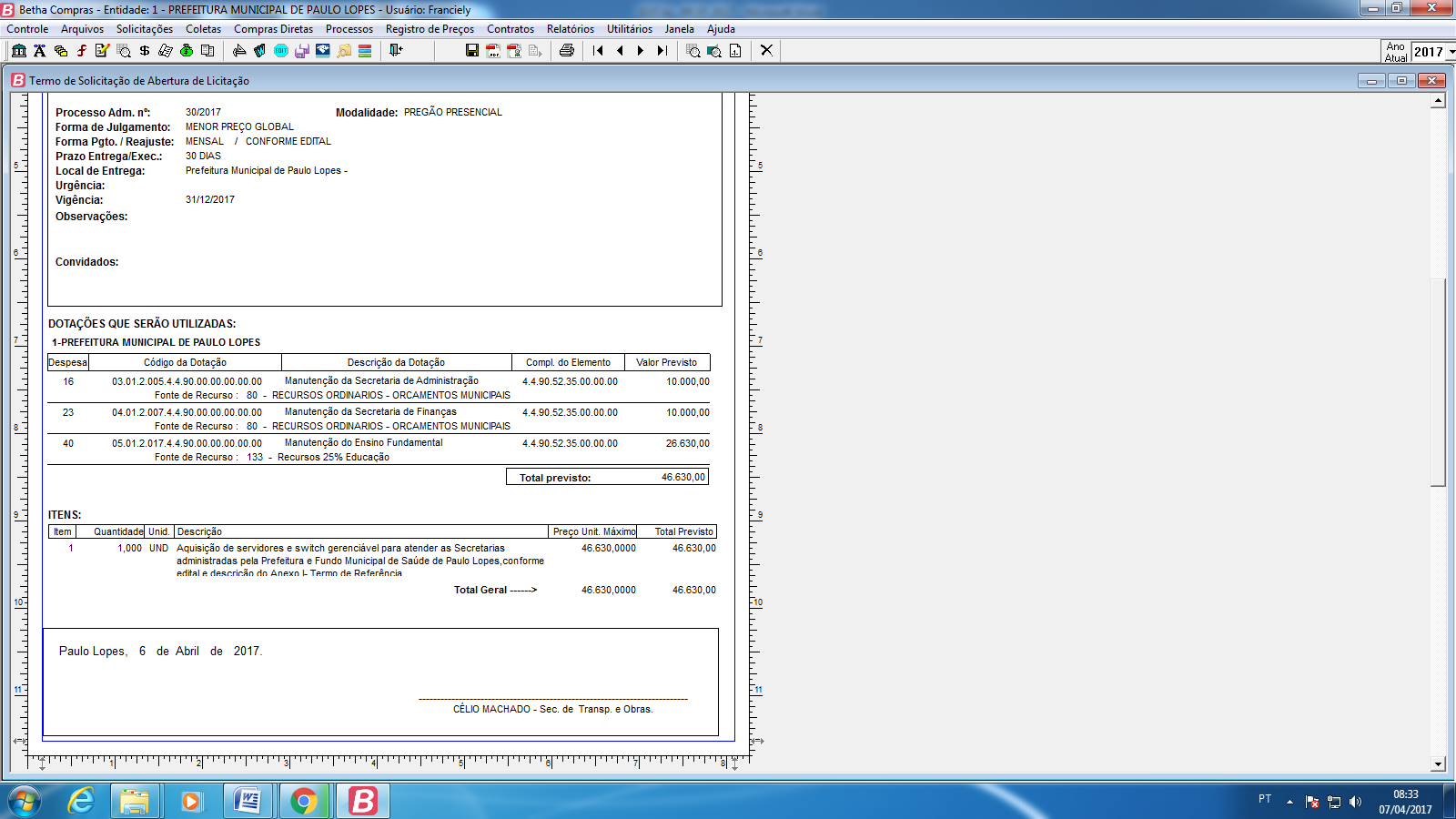
11.4. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da PREFEITURA, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da PREFEITURA.

11.4.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.

11.5. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

**12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos para fazer frente às obrigações decorrentes da presente contratação correrão a conta do orçamento vigente da Prefeitura de Paulo Lopes, conforme segue:



**13. DOS ANEXOS**

13.1. Integram este Edital os seguintes anexos:

a) ANEXO I: Termo de Referência;

c) ANEXO II: Declaração de habilitação;

d) ANEXO III: Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo à Habilitação;

e) ANEXO IV: Modelo da Proposta de Preços;

f) ANEXO V: Declaração Inidoneidade;

g) ANEXO VI: Declaração que não possui funcionários menores de idade;

i) ANEXO VII: Minuta Contrato;

**14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

14.2. Fica assegurado ao MUNICIPIO DE PAULO LOPES o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

14.3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e ao MUNICIPIO DE PAULO LOPES, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.4. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

14.5. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

14.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para outro dia e horário e local, comunicados posteriormenteaos licitantespelo Pregoeiro.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na PREFEITURA MUNICIPAL DEPAULO LOPES.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importarão no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

14.9. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

14.10. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Decreto nº 19/2008,nº 58/2013, ambos publicado no D.O.M. e no que couber a Lei 8.666/93.

14.11. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de GAROPABA-SC, com exclusão de qualquer outro.

14.12. Qualquer pedido de esclarecimentos, providências, impugnação ou recursos em relação ao presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado, por escrito, diretamente ao Pregoeiro, na sala da Comissão Permanente de Licitação, no endereço José Pereira da Silva, nº130, Centro, Paulo Lopes - SC ou por meio do Fone-Fax: (46) 3246-1166, sob pena de não conhecimento.

14.12.1 As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

Paulo Lopes 06 de abril de 2017.

**NADIR CARLOS RODRIGUES**

Prefeito Municipal de Paulo Lopes

|  |
| --- |
| **Edital e Anexos Aprovados**  Data 06/04/2017  FABIO BERTOGLIO MARUGGI  OAB-SC 19201  Procurador |

**ANEXO I**

**Processo Licitatório n°30/2017**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº07/2017**

**TERMO DE REFERENCIA**

**1 - OBJETO**

Aquisição de servidores e switch gerenciável para atender as Secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes conforme descrições mínimas que seguem:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | | **DESCRIÇÃO DO PRODUTO** | **UNID** | **QUANT** | **PREÇ. UNIT** | **PREÇO TOTAL** |
| 1 | Servidor de rede tipo 01 | UM | 02 | R$ 12.240,00 | R$ 24.480,00 |
| 2 | Servidor de rede tipo 02 | UM | 01 | R$ 16.350,00 | R$ 16.350,00 |
| 3 | Switch de rede 1GbE – Layer 2/3 com 24 (vinte e quatro) portas para uso em rede local LAN | UM | 01 | R$ 5.800,00 | R$ 5.800,00 |
| TOTAL | | | | | R$ 46.630,00 |

Especificações Mínimas

**ITEM 1 - SERVIDOR TIPO 1**

**Servidor de rede com as características mínimas:**

* Projeto original do fabricante, específico para utilização como servidor.
* O modelo do equipamento deverá ser da mais recente geração disponibilizada pelo fabricante. Projeto para utilização em Torre.
* No mínimo 4 (quatro) baias padrão 3.5 polegadas. Fonte de alimentação interna com no mínimo 280W, suportando a configuração máxima do equipamento.
* **Processador:** No mínimo 1 (um) processador instalado. Um mesmo modelo de equipamento deverá possuir índice SPECint\_rate2006 auditado de, no mínimo 200 (duzentos) na métrica Result e 194 (cento e noventa e quatro) na métrica Baseline (SPECint\_rate\_base\_2006). Para comprovar o desempenho solicitado, a licitante deverá anexar à proposta, cópia extraída da internet ([www.spec.org](http://www.spec.org)), do teste realizado.
* **Memória:** Possuir instalado 8 (oito) GB de memória DDR4 em pentes de 8GB (1x8GB) UDIMM, de no mínimo 2133MT/s. Memória expansível a no mínimo 64 (sessenta e quatro) GB em até 4 (quatro) slots.
* **Interfaces:** 01 (uma) interface Gigabit Ethernet 10/100/1000 Mbps. No mínimo 8 (oito) portas USB, sendo no mínimo 2 (duas) 3.0. Possuir 01 (um) conector serial, 01 (uma) interface de vídeo no padrão VGA, essas solicitadas, deverão ser nativas. No mínimo 01 (um) slot PCIe x8 e 02 (dois) slots x4.
* **Controladora:** Suporte a discos Nearline SAS, SAS e SSD. Deve permitir a operação a 6Gb/s. Deve suportar os níveis de RAID 0, 1, 5 e 10. Apresentar catálogo técnico junto a proposta.
* **Discos Rígidos:** Instalado no mínimo 2 (dois) discos rígidos, de tecnologia SATA, 7.200 RPM (rotações por minuto) com capacidade de armazenamento bruta de 1TB (um terabyte).
* **Acessórios:** 01 (um) cabo de energia C13-NBR 14136, de no mínimo 1 metro.
* **Homologação do equipamento nas seguintes lista de compatibilidade (devem ser anexadas à proposta):**
  + RedHat Enterprise Linux 5.0, 6.0 ou superior;
    - <http://hardware.redhat.com>
  + Microsoft Windows Server 2008 e 2012 R2 e 2016;
    - <http://www.windowsservercatalog.com>
  + VMware vSphere 2015;
    - <http://www.vmware.com/resources/compatibility/search.php>
* **Garantia:**  Garantia total de 60 (sessenta) meses on-site (no local da instalação) comprovadamente pelo fabricante do equipamento, com cobertura 8x5, com atendimento no local em no máximo 72 horas. A licitante deverá possuir central de ligações gratuitas (0800) para dúvidas técnicas quanto a instalação e configuração do equipamento e destacado na proposta (informar número). A garantia deve estar em nome da contratante, não sendo aceito oferta de equipamento com garantia em nome de terceiros.
* Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para o CONTRATANTE, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos. O fabricante deve possuir site na internet para download de driver, suporte técnico e verificação do status de garantia (informar o site na proposta). O fabricante e a contratada devem possuir central de atendimento tipo (0800) para abertura de chamados de garantia (informar número na proposta).
* O equipamento deverá ser totalmente integrado de fábrica, não sendo aceitas quaisquer violações ou alterações no conteúdo das embalagens, que vise inclusão/supressão de itens/opcionais, para garantir que todas as partes e peças sejam homologadas e cobertas pela garantia do fabricante.
* Todas as características técnicas do equipamento deverão ser comprovadas por catálogo técnico oficial do fabricante do equipamento, anexados junto à proposta. Destacar marca e modelo do equipamento na proposta.

**ITEM 2 - SERVIDOR TIPO 2**

**Servidor Básico com as características mínimas:**

* Projeto original do fabricante, específico para utilização como servidor.
* O modelo do equipamento deverá ser da mais recente geração disponibilizada pelo fabricante. Projeto para utilização em Torre.
* No mínimo 4 (quatro) baias padrão 3.5 polegadas. Fonte de alimentação interna com no mínimo 280W, suportando a configuração máxima do equipamento.
* **Processador:** No mínimo 1 (um) processador instalado. Um mesmo modelo de equipamento deverá possuir índice SPECint\_rate2006 auditado de, no mínimo 200 (duzentos) na métrica Result e 194 (cento e noventa e quatro) na métrica Baseline (SPECint\_rate\_base\_2006). Para comprovar o desempenho solicitado, a licitante deverá anexar à proposta, cópia extraída da internet ([www.spec.org](http://www.spec.org)), do teste realizado.
* **Memória:** Possuir instalado 8 (oito) GB de memória DDR4 em pentes de 8GB (1x8GB) UDIMM, de no mínimo 2133MT/s. Memória expansível a no mínimo 64 (sessenta e quatro) GB em até 4 (quatro) slots.
* **Interfaces:** 01 (uma) interface Gigabit Ethernet 10/100/1000 Mbps. No mínimo 8 (oito) portas USB, sendo no mínimo 2 (duas) 3.0. Possuir 01 (um) conector serial, 01 (uma) interface de vídeo no padrão VGA, essas solicitadas, deverão ser nativas. No mínimo 01 (um) slot PCIe x8 e 02 (dois) slots x4.
* **Controladora:** Suporte a discos Nearline SAS, SAS e SSD. Deve permitir a operação a 6Gb/s. Deve suportar os níveis de RAID 0, 1, 5 e 10. Apresentar catálogo técnico junto a proposta.
* **Discos Rígidos:** Instalado no mínimo 2 (dois) discos rígidos, de tecnologia SATA, 7.200 RPM (rotações por minuto) com capacidade de armazenamento bruta de 2TB (dois terabyte).
* **Acessórios:** 01 (um) cabo de energia C13-NBR 14136, de no mínimo 1 metro.
* **Homologação do equipamento nas seguintes lista de compatibilidade (devem ser anexadas à proposta):**
  + RedHat Enterprise Linux 5.0, 6.0 ou superior;
    - <http://hardware.redhat.com>
  + Microsoft Windows Server 2008 e 2012 R2 e 2016;
    - <http://www.windowsservercatalog.com>
  + VMware vSphere 2015;
    - <http://www.vmware.com/resources/compatibility/search.php>
* **Garantia:**  Garantia total de 60 (sessenta) meses on-site (no local da instalação) comprovadamente pelo fabricante do equipamento, com cobertura 8x5, com atendimento no local em no máximo 72 horas. A licitante deverá possuir central de ligações gratuitas (0800) para dúvidas técnicas quanto a instalação e configuração do equipamento e destacado na proposta (informar número). A garantia deve estar em nome da contratante, não sendo aceito oferta de equipamento com garantia em nome de terceiros.
* Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para o CONTRATANTE, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos. O fabricante deve possuir site na internet para download de driver, suporte técnico e verificação do status de garantia (informar o site na proposta). O fabricante e a contratada devem possuir central de atendimento tipo (0800) para abertura de chamados de garantia (informar número na proposta).
* O equipamento deverá ser totalmente integrado de fábrica, não sendo aceitas quaisquer violações ou alterações no conteúdo das embalagens, que vise inclusão/supressão de itens/opcionais, para garantir que todas as partes e peças sejam homologadas e cobertas pela garantia do fabricante.
* Todas as características técnicas do equipamento deverão ser comprovadas por catálogo técnico oficial do fabricante do equipamento, anexados junto à proposta. Destacar marca e modelo do equipamento na proposta.

**ITEM 3- SWITCH DE REDE 24 PORTAS GERENCIÁVEL**

Switch projetado para a modernização e ampliação da infraestrutura de rede, oferecendo recursos avançados de alta disponibilidade, possuindo comutadores Ethernet Layer 2 com a funcionalidade básica de roteamento da Camada 3 (Layer 3 light ou similar), com as seguintes características técnicas mínimas:

**Arquitetura/Projeção:**

* A arquitetura do equipamento deverá visar a redução de custos operacionais. Este deverá operar em temperaturas de até 45°C (quarenta e cinco graus celsius), provendo a redução dos custos de resfriamento.
* A fonte de alimentação deverá possuir eficiência comprovada mediante certificação 80PLUS. Tal comprovação será avaliada/aceita mediante relatório extraído do site oficial 80PLUS ou através de literatura técnica oficial do fabricante do equipamento.
* Ainda visando a eficácia energética, o equipamento deverá possuir nativamente (Não sendo aceito qualquer tipo de adaptação) sistema automatizado para reduzir a velocidade dos ventiladores internos responsáveis pelo resfriamento do equipamento. O sistema ainda deverá ser capaz de reduzir o consumo de energia de portas ou links inativos.
* Switch Ethernet com pelo menos 24 (vinte e quatro) portas 10/100/1000Base-T “auto-sensing”;
* Deve possuir pelo menos 04 (quatro) portas que permitam a inserção de adaptadores Gigabit Ethernet/ 10 Gigabit Ethernet. Estas portas adicionais não podem ser do tipo “combo” com as portas UTP e deverão suportar adaptadores para os padrões 1000Base-SX, 1000Base-LX, 1000Base-ZX, 10Gbase-SR, 10Gbase-LR e 10Gbase-ER;
* As portas 10 Gigabit Ethernet devem aceitar cabos do tipo “twinax” (DirectAttachmentCopperCable – DAC), inclusive de outros fabricantes.
* Possuir matriz de comutação de pelo menos 128Gbps;
* Possuir capacidade de processamento de pelo menos 128Mpps (milhões de pacotes por segundo);
* Possuir capacidade para no mínimo 16.000 endereços MAC;
* Possuir LEDs, por porta, que indiquem a integridade, atividade do link e a velocidade de conexão;
* O switch fornecido deve suportar as normas técnicas IEEE802.3 (10Base-T), IEEE802.3u (100Base-TX), IEEE 802.3z (1000Base-X), IEEE 802.3ab (1000Base-T);
* Suporte ao modo de comutação “storeandforward”;
* Ser fornecido com configuração de CPU e memória (RAM e Flash) suficiente para implementação de todas as funcionalidades descritas nesta especificação.
* Todas as licenças necessárias para as funcionalidades exigidas neste edital deverão estar inclusas no equipamento.
* Possuir fonte de alimentação interna ao equipamento com ajuste automático de tensão 110 e 220 Volts;
* Deve suportar fonte de alimentação redundante externa;
* Devesuportar o standard IEEE 802.3az (Energy Efficient Ethernet – EEE);
* Instalável em rack padrão de 19”, sendo que deverão ser fornecidos os respectivos kit’s de fixação;
* O switch fornecido deve possuir a capacidade de empilhamento. O empilhamento deve ser feito através de cabo dedicado ou através das interfaces 10 Gigabit Ethernet. A funcionalidade de empilhamento deve possuir pelo menos as seguintes características:
* Deve ser possível empilhar pelo menos 04 (quatro) switches;
* O empilhamento deve ser feito em anel para garantir que, na eventual falha de um link, a pilha continue a funcionar;
* Em caso de falha do switch controlador da pilha, um controlador “backup” deve ser selecionado de forma automática, sem que seja necessária intervenção manual;
* Deve ser possível criar uma conexão de pelo menos 40 entre os comutadores membros da pilha;
* A pilha de switches deverá ser gerenciada como uma entidade única;
* A pilha de switches deverá ser gerenciada através de um único endereço IP;
* O switch deve armazenar no mínimo duas versões de firmware simultaneamente em sua flash;
* O switch deve suportar Jumbo Frames de 9000 bytes;
* O equipamento ofertado deve possuir homologação junto à ANATEL com certificados disponíveis publicamente no endereço eletrônico desta agência, conforme a Resolução número 242;
* Possuir uma interface de gerenciamento baseada em WEB (HTTP) que permita aos usuários configurar e gerenciar switches através de um browser padrão;
* Gerenciável via Telnet e SSH;
* Permitir o espelhamento de uma porta ou de um grupo de portas para uma porta especificada;
* Permitir espelhamento de por remota;
* Deve ser gerenciável via SNMP (v1, v2 e v3);
* Implementar nativamente 4 grupos RMON (History, Statistics, Alarms e Events);
* Implementar o protocolo Syslog em Ipv4 e Ipv6 para funções de “logging” de eventos;
* Implementar o protocolo NTP ou SNTP para sincronismo de clock;
* Suportar autenticação via RADIUS ou TACACS;
* Possuir suporte a protocolo de autenticação para controle do acesso administrativo ao equipamento;
* Implementar controle de acesso por porta (IEEE 802.1x);
* Implementar listas de controle de acesso (ACLs) baseadas em endereço IP de origem e destino (Ipv4 e Ipv6), portas TCP e UDP de origem e destino e endereços MAC de origem e destino;
* Possuir controle de broadcast, multicast e unicast por porta;
* Promover análise do protocolo DHCP e permitir que se crie uma tabela de associação entre endereços IP atribuídos dinamicamente, MAC da máquina que recebeu o endereço e porta física do switch em que se localiza tal MAC;
* O equipamento deverá funcionar como servidor DHCP ;
* Implementar Netflow, sFlow ou similar;
* Implementar pelo menos 8 (oito) filas de saída por porta;
* Implementar pelo menos uma fila de saída com prioridade estrita por porta e divisão ponderada de banda entre as demais filas de saída;
* Implementar classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores de classe de serviço do frame ethernet (IEEE 802.1p CoS)
* Implementar classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores do campo “Differentiated Services Code Point” (DSCP) do cabeçalho IP, conforme definições do IETF;
* Implementar classificação de tráfego baseada em endereço de origem/destino (Ipv4 ou Ipv6), portas TCP e UDP de origem e destino, endereços MAC de origem e destino;
* Deve implementar RFC 2474 DiffServ Field;
* Deveimplementar RFC 2475 DiffServ Core and Edge Functions;
* Deveimplementar RFC 2597 DiffServ Assured Forwarding (AF);
* Os equipamentos quando virtualizados deverão possuir processamento local de modo a não existir tempo de convergência em caso de falha de um dos equipamentos do sistema virtualizado;
* A atualização de software dos equipamentos virtualizados não deve parar todos os switches ao mesmo tempo. A atualização poderá ser realizada primeiro em um equipamento e posteriormente no outro equipamento virtualizado para que não ocorra interrupção do tráfego;

**Funcionalidades de Camada 2 (VLAN SpanningTree):**

* Implementar LANs Virtuais (VLANs) conforme definições do padrão IEEE 802.1Q;
* Permitir a criação de no mínimo 526 VLANs;
* Permitir a criação de subgrupos dentro de uma mesma VLAN com conceito de portas “isoladas” e portas “promíscuas”, de modo que “portas isoladas” não se comuniquem com outras “portas isoladas”, mas tão somente com as portas promíscuas de uma dada VLAN;
* Deve suportar VLANs dinâmicas. Deve permitir a criação, remoção e distribuição de VLANs de forma dinâmica através de portas configuradas como tronco IEEE 802.1Q;
* Implementar “VLAN Trunking” conforme padrão IEEE 802.1Q nas portas Fast Ethernet e Gigabit Ethernet. Deve ser possível estabelecer quais VLANs serão permitidas em cada um dos troncos 802.1Q configurados;
* Implementar a funcionalidade de “PortTrunking” conforme padrão IEEE 802.3ad;
* Implementar o Protocolo Spanning-Tree conforme padrão IEEE 802.1d;
* Implementar o padrão IEEE 802.1s (“MultipleSpanningTree”), com suporte a no mínimo 15 instâncias simultâneas do protocolo SpanningTree;
* Implementar o padrão IEEE 802.1w (“RapidSpanningTree”)
* Implementar o protocolo PVST+ baseado no padrão 802.1w;
* Implementar mecanismo de proteção da “root bridge” do algoritmo Spanning-Tree para prover defesa contra ataques do tipo “Denialof Service” no ambiente nível 2;
* Deve permitir a suspensão de recebimento de BPDUs (Bridge Protocol Data Units) caso a porta esteja colocada no modo “fastforwarding” (conforme previsto no padrão IEEE 802.1w). Sendo recebido um BPDU neste tipo de porta deve ser possível desabilitá-la automaticamente;
* Deve implementar até 64 grupos de LAG (Link Aggregation), com 8 portas por grupo;
* Deve suportar o protocolo LLDP e LLDP-MED para descoberta automática de equipamentos na rede;

**Funcionalidades de Camada 3 (Multicast e Roteamento):**

* Implementar roteamento estático para no mínimo 256 rotas Ipv4;
* Implementar roteamento estático para no mínimo 128 rotas Ipv6;
* Implementar roteamento dinâmico através dos protocolos RIPv1/RIPv2;
* Implementar autenticação MD5 entre os peers RIPv2;
* Implementar IGMPv1/V2/V3 Snooping;

**Suporte:**

* O fabricante do equipamento deverá possuir central de atendimento técnico de alto nível, com abertura de chamados via DDG 0800 e chat online; Download de drivers, suporte técnico, verificação de status de garantia e configuração, não sendo aceita comprovação através de redirecionamento para sites de terceiros.
* O equipamento ofertado deverá possuir no mínimo 60 (sessenta) meses de garantia “on-site” prestado pelo fabricante, com atendimento (8x5) – oito horas por dia, cinco dias por semana, com presença de um técnico no local em no máximo 72 horas após a abertura do chamado.

**Instalação física e lógica:**

* A instalação física e lógica deverá ser executada por técnicos do fabricante ou pela contratada certificada. Deverá ser entregue um plano de instalação e configuração contemplando no mínimo:
* Descrição de todos os produtos a serem instalados.
* Aplicação das políticas de melhores práticas conforme recomendações do fabricante.
* Ativação ou registro do equipamento junto ao fabricante no momento da instalação (caso haja necessidade).
* Testes e demonstrações das principais funcionalidades do equipamento.
* Configuração de Alertas via SNMP para envio de componentes para os administradores do ambiente via e-mail.
* Repasse de conhecimento das funcionalidades do equipamento. O repasse de conhecimento deverá ser acompanhado por técnicos da contratante.
* A instalação deverá ocorrer em horário comercial e em conformidade com o cronograma a ser fornecido pela contratada.
* Ao término da instalação, o responsável pelo serviço deverá emitir relatório contendo todas as atividades realizadas”.

**1.2 - As propostas não poderão apresentar valores unitários e global, superiores ao limite estabelecido no termo de referência.**

**2 - JUSTIFICATIVA/FINALIDADE**

2.1. A presente aquisição visa atender as necessidade Secretarias Município, visto que

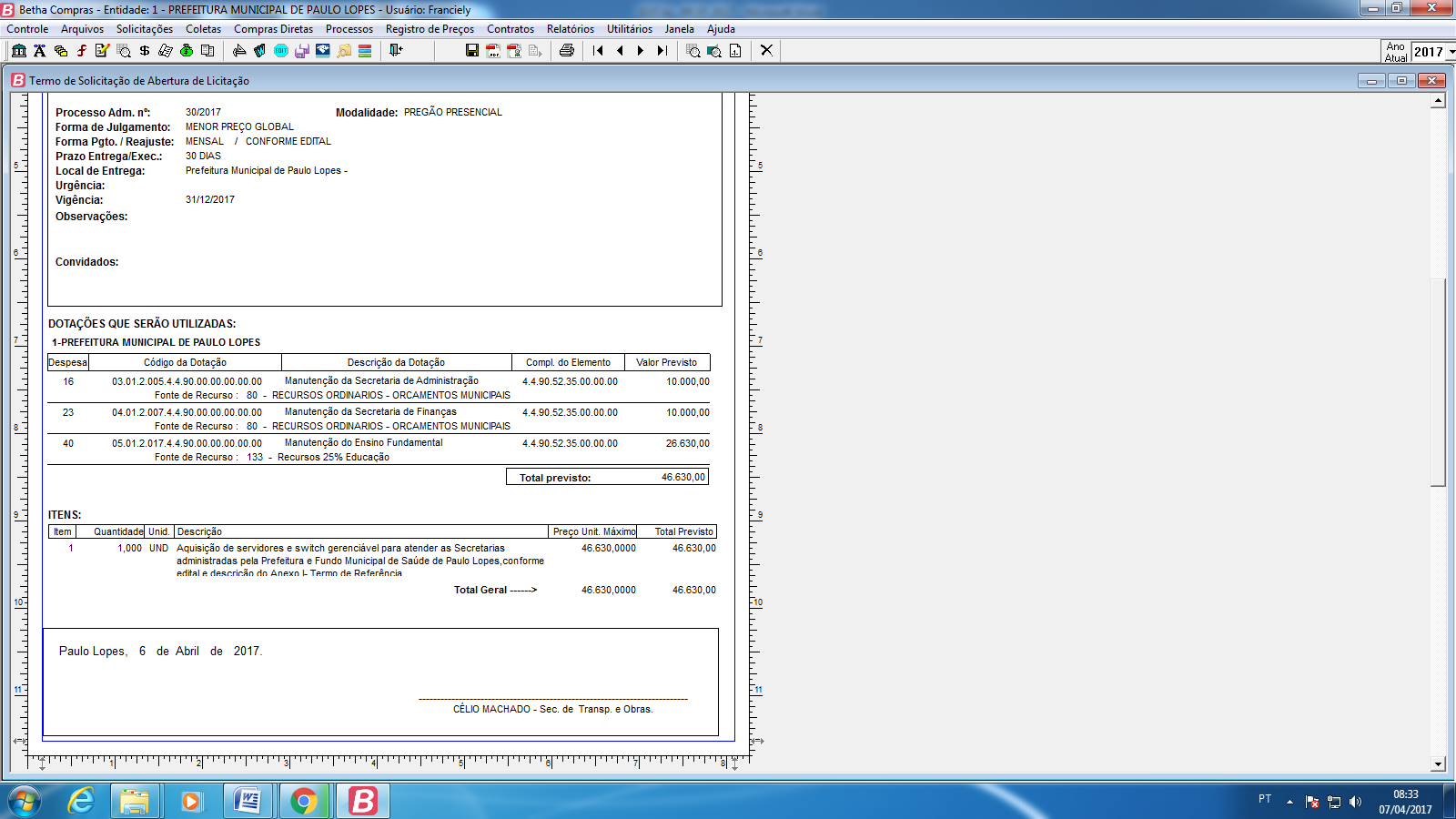
o servidor atual trabalha no limite da sua capacidade, não suportando toda demanda de serviço. Busca-se, por meio das especificações técnicas constantes no presente termo, a aquisição de servidor e switch capaz de solucionar os problemas mencionados.

**3 – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

3.1. A entrega e instalação do objeto deverá ser feita em até 30 dias do recebimento da Autorização de Fornecimento, conforme a necessidade da contratante, na quantidade e local indicado pela secretaria solicitante.

**4 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

4.1. Os recursos para fazer frente às obrigações decorrentes da presente contratação correrão a conta do orçamento vigente da Prefeitura de Paulo Lopes, conforme segue:



**5 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A Contratada obriga-se a:

5.1. Entregar o objeto de boa qualidade, conforme definido neste Termo de Referência, e ainda atendendo as condições e quantidades estipuladas;

5.2. Todas as despesas com entrega, instalação devendo ser considerado todo material, insumo e mão de obra necessária, e ainda as com tributos fiscais trabalhistas e sociais, que incidam ou venham a incidir, diretamente e indiretamente sobre o objeto adjudicado;

5.3. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento do objeto;

5.4. Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

5.5. Permitir à contratante fiscalizar a entrega que estiver sendo executada, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, podendo os mesmos sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou fornecimento de material que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou terceiros;

5.6. Responsabilizar-se integralmente pelos bens fornecidos, nos termos da legislação vigente;

5.7. Atender prontamente qualquer exigência de fiscalização inerente ao objeto fornecido;

5.8. Solucionar quaisquer tipos de problemas relacionados aos bens fornecidos.

5.9. Os bens, objeto do presente certame, deverão atender as exigências deste Termo de Referência e a legislação pertinente, inclusive normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e/ou do INMETRO referentes ao objeto, Lei Federal nº 8.078 de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A Contratante compromete-se a:

6.1. Disponibilizar local adequado para o recebimento do objeto;

6.2. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da vencedora, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, se ocorrer;

6.3. Exercer a fiscalização e acompanhamento do objeto entregue por servidores especialmente designados pela Administração, na forma prevista na Lei Federal 8.666/1993, sendo que a presença deste servidor não eximirá a responsabilidade da Contratada;

6.4. Aplicar multa, suspender o pagamento, caso a Contratada desobedeça a quaisquer das cláusulas estabelecidas no Edital;

6.5. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas no fornecimento do objeto da presente aquisição;

6.6. Comunicar à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas de sua parte, sob pena de aplicação de sanções nos termos da Lei Federal nº 10.520.

**7 - DO PAGAMENTO**

7.1. A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada ao responsável pelo recebimento do bem ou serviço, o qual terá o prazo máximo de 05 dias úteis da apresentação para atestar o cumprimento pela empresa das obrigações contratuais.

7.1.1. A data da apresentação da nota fiscal/fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável em atestar o recebimento do bem ou serviço.

7.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da nota fiscal/fatura.

7.3. O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Edital.

7.4. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

7.5. A Contratada, optante pelo Simples, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração, conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº. 480, de 15/12/2004, Substituído pelo Anexo IV constante da IN RFB n° 791, de 10 de dezembro de 2007. Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de imposto e contribuições, de acordo com a referida Instrução.

7.6. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, interrompendo-se a contagem do prazo fixado de 05 dias úteis para o responsável pelo recebimento atestar, que recomeçará a ser contado integralmente a partir da data de sua reapresentação.

7.7. O pagamento fica condicionado à prova de regularidade junto a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

7.8. A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

7.9. Em caso de inadimplência de pagamento por parte da administração, os valores serão atualizados monetariamente, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias, conforme disciplina o artigo 117 da constituição do Estado de Santa Catarina.

7.10. A empresa deverá apresentar Nota Fiscal com CNPJ idêntico ao apresentado na proposta e conseqüentemente lançado na Nota de Empenho, devendo constar também o número do processo licitatório e a modalidade, número da Nota de Empenho, à fim de acelerar o trâmite de recebimento do produto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

7.11. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**8 - DAS PENALIDADES**

8.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, deixar de entregar documentação exigida no certame ou apresentar documentação falsa, falhar ou fraudar na execução do contrato, cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o município de PAULO LOPES, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

8.3. As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia.

8.4. Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será o contratado notificado da infração e da penalidade correspondente, para, no prazo de 5 (cinco) cinco dias úteis, apresenta defesa.

8.4.1. Recebida a defesa, a Autoridade Competente deverá manifestar-se, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

8.5. A inexecução total ou parcial da prestação dos serviços, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado, garantida a defesa prévia, à aplicação das seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela contratante ensejará a multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor a ele adjudicado.

8.7. A inexecução total do ajuste ensejará a aplicação de multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor adjudicado ao licitante.

8.8. O atraso no fornecimento do bem ensejará a aplicação de multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da parcela inadimplente.

8.9. Atraso superior a 05 (cinco) dias será considerado inexecução total do ajuste.

8.10. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

**11 - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL**

11.1. A inexecução parcial ou total do Contrato dará ensejo a sua rescisão, atendido o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores.

**12 - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

12.1. O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

PAULO LOPES - SC, 06 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**José Carlos Rogério**

**Secretário Municipal de Administração**

Processo 30/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A empresa..............., CNPJ nº ......................, neste ato representado por........................, RG nº............., e CPF nº......................, declara para efeito de participação na Licitação modalidade Pregão Presencial nº 07/2017, que está em situação fiscal regular e atende ao constante no item 4.4 do Edital. Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e data .................................... ................................................................

ass.representante legal da empresa

RG/CPF nº Cargo:

(Apresentar as declarações em papel timbrado da Empresa

Processo 30/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

A empresa.................., CNPJ nº ....................., sediada...............(endereço completo), declara sob as penas da Lei, que até a presente data, inexiste fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data ............................................. .................................................

Nome e assinatura do declarante

RG/CPF nº Cargo:

(Apresentar as declarações em papel timbrado da Empresa)

Processo Licitatório nº 30/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

ANEXO IV MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

(MENOR PREÇO GLOBAL)

**Nome da licitante:**

**CNPJ:**

**Endereço Completo:**

**Telefone/Fax: Email:**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ÍTEM** | **DESCRIÇÃO** | **MARCA** | **UNID** | **QT** | **R$ UNIT** | **TOTAL** |
| 1 |  |  |  |  |  |  |
| 2 |  |  |  |  |  |  |
| TOTAL | | | | | |  |

(Total por extenso)

Declara que concorda com todas as cláusulas do edital bem como do termo de referência.

Prazo de garantia: conforme edital

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias contados da abertura da propostas de preço.

Prazo de entrega: conforme edital;

**DADOS BANCARIOS**

Banco:

Agência:

Conta:

**DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

Nome do responsável:

CPF:

Identidade:

Qualificação:

Endereço:

Local e data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Carimbo e Assinatura do representante legal da empresa

Processo 30/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

À

Prefeitura Municipal de Paulo Lopes

Secretaria de Administração

Pregão Presencial nº. 07/2017

A Empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, pormeio de seu(ua) representante legal, Sr(a). \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLaRA**sob as penas de lei, que esta proponente não incorre em quaisquer das seguintessituações:

* Ter sido declarada inidôneaporato do poder Público;
* Ter sido apenada comsuspensãotemporária da participação emlicitação e impedimento de contratarcom a Administração, nosúltimos2(dois) anos;
* Impedida de licitar, de acordocom o previsto no artigo 9º da LeiFederal nº. 8.666/93 e suas alterações.

Nos termos do artigo 55, inciso XIII da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, comprometo-me a informar a ocorrência de fatosuperveniente impeditivo da habilitação e da qualificação exigidas peloedital.

Por serverdade, firmo a presente.

(Local e data)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica

e assinatura devidamente identificada

do proponente da empresa licitante)

**ANEXO VI**

**Declaração de Cumprimento ao disposto no inc. XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2017**

À

Prefeitura Municipal de Paulo Lopes

Secretaria de Administração

Pregão Presencial nº. 07/2017

A Empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, pormeio de seu(ua) representante legal, Sr(a). \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Por serverdade, firmo a presente.

(Local e data)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica

e assinatura devidamente identificada

do proponente da empresa licitante)

**ANEXO VII**

**Processo Licitatório nº 30/2017**

**Pregão Presencial**

**MINUTA DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO Nº [NumeroContrato]/** **[AnoAtual], QUE FAZEM ENTRE SI O(A) [RazaoSocia] E A EMPRESA [RazaoSocialParticipante]**

Pelo presente instrumento, o município de Garopaba, através do órgão contratante [RazaoSocialPromotor], inscrito no CNPJ nº [DocumentoPromotor], com endereço [EnderecoPromotor], na cidade de [CidadePromotor], neste ato representado pelo ordenador, [NomeAutoridade] portador da Cédula de Identidade nº [Documento2Autoridade], e inscrito no CPF/MF sob o nº [DocumentoAutoridade], doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa [RazaoSocialParticipante], CNPJ nº [DocumentoParticipante], com endereço [EnderecoParticipante], CEP [CepParticipante], representada por [NomeRepresentante], Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº [DocumentoRepresentante], tendo em vista o que consta no Processo nº [NumAdmProcesso], considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº [NumeroProcesso], homologado em [DataHomologacao], e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a [Objeto], conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, conforme anexo a este contrato.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O PRESENTE contrato terá vigência até 31/12/2017, podendo ser prorrogado nos termos do inciso II do Art. 57 da Lei 8.666/93.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor do presente Termo de Contrato corresponde ao valor total dos itens, conforme detalhado no anexo**.**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação, serão:

**5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital.

**6. CLÁUSULA SEXTA– REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

6.1. O preço contratado será reajustado, observada a periodicidade mínima de 12 meses a contar da data de apresentação das propostas, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC da Fundação Getúlio Vargas - FGV, acumulado no período, ou outro índice que venha a substituí-lo.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**7. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no item “3.1” do Termo de Referência.

**8. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO**

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

**9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

15.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Garopaba, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

[CidadePromotorSemUF], [DiaAtual] de [MesAtualNome] de [AnoAtual]

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[RazaoSocialPromotor]

[NomeAutoridade]\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[RazaoSocialParticipante]

[NomeRepresentante]

|  |
| --- |
| **Edital e Anexos Aprovados**  Data 06/04/2017  FABIO BERTOGLIO MARUGGI  OAB-SC 19201  Procurador |